

O diálogo do *bullying* escolar na interface semântico-pragmática

The scholar *bullying* discourse in a semantics/pragmatics approach

Gislaine Machado Jerônimo*
Cláudia Strey**

RESUMO: A compreensão do significado é condição essencial para uma comunicação efetiva. Sabemos, porém, que o compreender não se trata de uma tarefa muito simples, pois envolve a intenção de quem comunica, a cooperação dos interlocutores, a relevância das considerações, as inferências, entre outros fatores. Partindo de tais considerações, este trabalho tem por objetivo descrever e verificar os processos inferenciais dialógicos semânticos e pragmáticos presentes no diálogo do *bullying* escolar. O referencial teórico se baseia na Teoria das Implicaturas Griceanas (1975), bem como na Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1995/2012).

PALAVRAS-CHAVE: significado; inferências; semântica; pragmática.

ABSTRACT: Meaning comprehension is essential for an effective communication. We know, however, that the comprehension is not a simple task; it involves the communicative intent, the interlocutors' cooperation, and the relevance of considerations, among other factors. Considering these aspects, this work aims to describe and to verify the dialogical semantics and pragmatics inferential processes in a Scholar *Bullying* dialogue. The references are based on Theory of Implicature (Grice, 1975), as well as Relevance Theory (Sperber & Wilson, 1995).

KEY-WORDS: meaning; inferences; semantics; pragmatics.

1. Considerações Iniciais

O estudo da comunicação humana pode ser feito a partir de diferentes perspectivas teóricas, pois é possível estudar aspectos cognitivos, sociais ou formais, por exemplo. Para tanto, segue o questionamento: como ocorre o processo comunicativo? À primeira vista, a resposta parece um tanto simples. No entanto, para que a pergunta seja respondida, faz-se necessário estabelecer uma perspectiva linguística com o objetivo de explicar o processo de significação em contexto.

O debate a respeito do que é o fenômeno do significado permeia as áreas linguísticas, principalmente envolvendo as áreas da Semântica e da Pragmática, em que, para a primeira, o sentido se estabelece fora do contexto, enquanto, para a segunda, ele é compreendido no

* Doutoranda e Mestre em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista de doutorado CNPq. Desenvolve pesquisa em Teoria e Análise Linguística. Membro da Comissão Editorial Executiva da Revista Letrônica.

** Doutoranda e Mestre em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista de doutorado CNPq. Especialista em Consultoria e Assessoria Linguística pela mesma universidade. Desenvolve pesquisa sobre a interface semântico-pragmática, especialmente no que concerne estudos sobre linguagem, comunicação e emoções.

contexto de uso. Entretanto, para explicar o processo comunicativo, parece ser necessário que se estabeleça interfaces entre essas duas áreas, em um sentido de cooperação, a fim de que as inferências dialógicas de caráter linguístico-semântico-pragmáticas possam ser melhores explicadas.

Dentre as propostas de interface, uma das teorias que parece conjugar melhor as áreas de Semântica e Pragmática é a Abordagem Interdisciplinar do Diálogo (COSTA, 2012)¹, Embora, pouco prestigiados, os diálogos são formas ricas para o estudo das inferências, pois possuem características complexas. Pretende-se, portanto, através desse trabalho, fazer uma análise inferencial semântico-pragmática através da perspectiva dialógica. A fim de explicitar a teoria e as considerações teóricas, o diálogo do *bullying* no ambiente escolar será apresentado como exemplo ilustrativo. Dentro da Abordagem Interdisciplinar do Diálogo, a Teoria das Implicaturas, de Grice (1975), e a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986/1995) fazem parte dos fundamentos da proposta e serão aqui explicitados.

O artigo se organiza em cinco seções: além das considerações iniciais e finais, um breve panorama do processo comunicativo é exposto na seção dois, enquanto a terceira seção aborda os processos inferenciais e o debate entre a semântica e a pragmática, buscando explicar o modelo Griceano, o modelo ostensivo-inferencial de Sperber & Wilson, bem como demonstrar uma proposta por inferências dialógicas. Por fim, a quarta seção mostra a análise de dois diálogos a respeito do *bullying* em ambiente escolar.

2. Processo Comunicativo

A linguagem é objeto de estudo por parte de pesquisadores e pensadores de diferentes áreas das ciências humanas, como Filosofia, Sociologia, Psicologia, Linguística, entre outras. Por ser um termo bastante amplo, há diversas formas de se analisá-lo, entretanto, um questionamento que permeia algumas dessas áreas refere-se a sua função. Assim, a pergunta que se destaca é qual a função da linguagem humana? Dentro de uma ideia ampla, parecem ser três as funções: comunicar, conhecer e pensar. Segundo Campos², cada uma dessas funções corresponde a uma interface possível para se analisar a linguagem, entretanto a separação

¹ É necessário deixar claro que este trabalho insere-se na interface semântico-pragmática, a partir de teorias comunicativo-cognitivas. Outras teorias que trabalham com o fenômeno dialógico, como os estudos do círculo de Bahktin, não serão abordados, visto que constituem uma outra perspectiva teórica.

² Texto disponível em: http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/umaquestaoedefilosofiadalinguistica.pdf

estranque das funções parece não ser o ideal, uma vez que pensa-se para comunicar, e comunica-se para conhecer, por exemplo. Para Medina (2007), a principal finalidade e função da linguagem é a comunicação, mas, apesar de reconhecer que tal fato possa soar como um truísmo ordinário, algo trivial; ela é uma intravisão muito rica.

Ainda segundo Medina (2007), os diferentes aspectos e finalidades da comunicação não receberam muita atenção até o século XX, com exceção dos estudos de Humboldt (1988), ocasionando na ausência de explicações sistemáticas a respeito da complexa e diversificada natureza da comunicação da linguagem. Com o progresso da Linguística, Teorias da Comunicação e a Teoria dos Atos de Fala trouxeram contribuições enriquecedoras, mediante o trabalho de linguistas e teóricos da comunicação, tais como Bühler, Jakobson e Habermas.

Considerando a linguagem numa perspectiva comunicativa, isto é, de interação entre os indivíduos, como comunicar sem que se pressuponha a compreensão da mensagem veiculada, visto que a compreensão é essencial para que se estabeleça uma comunicação plena. Nesse sentido, a Semântica, de modo amplo, é a área da Linguística que trata da significação fora de contexto, enquanto a Pragmática trata da teoria do significado em uso, cujos estudos se desenvolveram após Wittgenstein (1979[1945]), na obra *Investigações Filosóficas*, em que o autor defende a noção de jogos de linguagem. Após esse momento, várias correntes teóricas desenvolveram a ideia de significado em contexto, com teorias mais formais ou mais cognitivas.

Desse modo, ao significado é atribuído um papel de protagonista dentro do processo de comunicação. Dentro da Teoria Matemática da Comunicação, de Shannon e Weaver (1949), trabalha-se com questões como o papel do emissor, do receptor, do meio, da mensagem como principais pontos para entender a comunicação. Entretanto, outras teorias possuem um foco mais inferencialista, ou seja, voltado à ideia de inferência, pois um enunciado carrega mais informações do que o que é literalmente dito (cf. Grice, 1957, 1975). Dessa forma, o processo de comunicação perpassa desde a produção da mensagem, em que o emissor tem o foco central, perpassando pela sua compreensão e vai até a forma como o receptor capta e processa a informação.

Assim, a Semântica detém-se no estudo das sentenças como unidades proposicionais, em que o significado é desenhado independente do contexto, enquanto a Pragmática investiga os contextos de uso da linguagem. Essa se propõe a estudar os princípios que regem o uso comunicativo da língua, almejando dar um sentido complementar à semântica quanto aos

fenômenos linguísticos afetados pelo contexto, que a semântica não consegue explicar claramente³ (ROSSA, 2002).

No presente estudo, assume-se comunicação na interface entre Semântica e Pragmática. Há um grande debate teórico a respeito da coexistência da Semântica e da Pragmática como áreas autônomas. Por um lado, teóricos como Kaplan e Stalnaker defendem que a Pragmática deveria auxiliar nos estudos de significado, resolvendo problemas como ambiguidade, vagueza, referência de nomes próprios, etc. Por outro lado, teóricos defendem a pequena probabilidade de a Pragmática possuir autonomia sem a base da Semântica, em que se estudam implicaturas, inferências, atos de fala, cujos principais autores são Austin, Searle e Grice. Como observa Levinson (2007), o conteúdo semântico parece ser a base sobre a qual outras manifestações de sentido ocorrem. Isso quer dizer, em última análise, que a autonomia da Pragmática é pouco provável. Assume-se, porém, nesse trabalho, a posição de Costa (2007), que afirma haver uma solução alternativa para esse debate, em que ambas as áreas interagem como uma saída altamente fértil para os problemas de significação que ocorrem quando se aborda a linguagem natural.

Considerando essa linha tênue que permeia as fronteiras entre as duas áreas em questão e vislumbrando a *Metateoria das Interfaces*⁴ (COSTA, 2007), parece razoável estabelecer as interfaces que permeiam esse trabalho. A interface externa se dá no âmbito da Linguística, Cognição e Comunicação, enquanto a interface interna da Linguística percorre as áreas: Semântica e Pragmática. Ao pensar em interface semântico-pragmática, uma das questões que se coloca em jogo é a das inferências atribuídas ao significado. Costa (2007) considera inferência no sentido estrito (lógico/semântico), como sendo o processo de passagem de premissas à conclusão, e em sentido amplo (pragmático), como sinônimo de raciocínio.

Dentro desse contexto, na próxima seção serão apresentados modelos teóricos de análise da comunicação na interface semântico-pragmático que trabalham com a ideia de que o processo comunicativo é essencialmente inferencial, em que se analisa como é possível dizer

³ Levinson (2007) também manifesta a dificuldade que semântica tem de explicar inúmeros fenômenos do significado.

⁴ A *Metateoria das Interfaces* (COSTA, 2007) desenha a Linguística em um conjunto de interfaces internas e externas: as interfaces externas, ditas interdisciplinares, relacionam as diferentes áreas do conhecimento, como Linguística e Psicologia Cognitiva, ou Linguística e Neurociências; enquanto as interfaces internas, intradisciplinares, são responsáveis pela constituição do objeto em relação às subteorias de cada disciplina (no caso da Linguística, as propriedades fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas)

mais do que é dito: a Teoria das Implicaturas, de Grice (1957/1975) e a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1986/1995/2012).

3. Comunicação Inferencial

3.1 O modelo de Grice

Grice (1957/1975) propôs a Teoria Inferencial das Implicaturas, que consolidou-se como um marco para os estudos sobre o significado dependente de contexto. Primeiramente, o autor estabelece uma diferença entre *o dito* (significado da sentença) e *o implicado* (significado do falante). Tais noções mostram que para compreender enunciados não basta codificar e decodificar sentenças, com base em um código comum, mas sim fazer inferências a partir de informações não linguísticas, supondo a intenção do falante. Sem fazê-lo intencionalmente, Grice praticamente estabeleceu a distinção entre duas diferentes e complementares disciplinas, a Semântica e a Pragmática. A Semântica, considerando o que foi dito, e a Pragmática, aquilo que foi implicado.

Grice também propõe o *Princípio de Cooperação* (PC), o qual estabelece a presença de uma direção ou propósito comum entre os falantes no momento da comunicação. Para o autor, o ato comunicativo é guiado por regras implícitas que fariam parte do Princípio de Cooperação (PC): “*Faça sua contribuição tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção aceita no intercâmbio de fala a qual você está engajado*” (GRICE, 1975, p. 26). Tal princípio está relacionado a máximas conversacionais de *quantidade* (informação suficiente), *qualidade* (informações verdadeiras), *relação* (informação relevante) e *modo* (informação clara, concisa e ordenada, evitar obscuridade de expressão, evitar ambiguidade), que devem ser obedecidas.

O fato de o falante violar (ou não) tais máximas pode levar o ouvinte a construir *implicaturas conversacionais* - subdivididas em *generalizadas* e *particularizadas*, as quais são ligadas a uma situação contextual particular. Outra classe de implicaturas são as *convencionais*, que estão ligadas ao significado convencional das palavras, porém, faz-se importante observar que não é somente o significado semântico das palavras que irá dar origem à implicatura, mas a sua ocorrência dentro de um contexto.

Grice coloca que as máximas conversacionais podem ser quebradas para que o Princípio da Cooperação seja mantido, ou seja, pode-se não ser claro, ou não dar informações suficientes justamente para manter o diálogo, como pode ser visto abaixo:

A: Estou com fome.

B: Existe uma cafeteria na esquina.

No exemplo acima, A infere que B está implicando que há uma cafeteria que deve estar aberta e ter comida para resolver o problema de B. Por assumir que B esteja respeitando o PC, A calcula: se B dissesse que há uma padaria na esquina ao ouvir minha frase, B quer implicar que: devo ir à padaria, ela deve estar aberta, ela deve ter comida, eu devo comprá-la, isso irá resolver meu problema. Uma das características⁵ das *implicaturas conversacionais* é que elas são canceláveis, isto é, podem ser anuladas pelo falante se ele assim desejar (MEDINA, 2007). No exemplo acima, A poderia cancelar a implicatura de que B poderá resolver o seu problema se dissesse, logo em seguida, “*O problema é que ela só vende bebidas*”.

Levinson (2000), por sua vez, critica algumas posturas teóricas de Grice quanto a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas e amplia os conceitos ao observar os estudos pragmáticos do uso. Ele caracteriza a inferência generalizada como uma inferência *default*, que possui uma interpretação usual, exceto nos casos em que um contexto incomum se apresente e a cancele. Ele, assim como Grice, distingue a *Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas* (ICG) da *Teoria das Implicaturas Conversacionais Particularizadas* (ICP). Levinson constrói um modelo conceitual baseando em heurísticas, que pretendem aumentar a carga informacional de uma mensagem codificada, fazendo com que as dificuldades humanas em codificar o discurso e a rapidez para processar mensagens linguísticas sejam ultrapassadas (LEVINSON, 2000, p. 31).

Silveira (2002), do mesmo modo, atenta para algumas limitações de tal modelo, principalmente no que diz respeito às explicações no tratamento do explícito. Pois, para Grice, tudo que não é dito, é implicado, havendo exceções à ambiguidade e à atribuição de referência,

⁵ São várias as propriedades das implicaturas para Grice (1975), quais sejam: (a) são canceláveis, ou seja, caso se adicionem premissas adicionais às premissas originais, pode-se cancelar uma conclusão; (b) são não-separáveis, pois é preciso conhecer o conteúdo semântico da expressão, bem como o contexto em que o enunciado ocorre; (c) são calculáveis, pois a implicatura deve ser reconhecida a partir do significado literal e do Princípio de Cooperação e suas máximas; (d) são não-convencionais, pois a implicatura não está na força das palavras; (e) não são veiculadas pelo dito, pois o que é dito pode ser verdadeiro, mas o implicado, falso; (f) são indeterminadas, pois pode haver uma lista aberta de implícitos.

que, mesmo requerendo informação contextual, ficam no nível do linguisticamente codificado. Desse modo, o que foge ao significado convencional, é considerado como uma implicatura.

A abordagem griceana apresenta uma série de limitações, que se referem, a maioria, à explicação de como a língua funciona. Tentarão ser resolvidas por teóricos posteriores, seja através de ajustes à teoria, seja através de construção de novos modelos que partam do ponto de vista de Grice. O mais importante nesse ponto foi o estabelecimento de um novo paradigma nos estudos linguísticos – ou seja, passa-se a assumir, de diferentes maneiras, que há uma distinção entre o que o se fala e o que se implica; que há uma série de regras ou princípios que parecem guiar a comunicação humana; e que existem intenções comunicativas, reconhecidas pelo ouvinte.

Uma das propostas de aprimorar o modelo de Grice é a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1986/1995), que se propõe a ser uma teoria com orientação cognitiva a fim de explicar o processamento inferencial da comunicação humana, tomando um caminho diferente da proposta de Levinson (2000), por exemplo. Para a construção da teoria, os autores partem, principalmente, da máxima de Relação, propondo uma explicação para como as informações são comunicadas e como se dá o processo comunicativo.

3.2 O modelo de Sperber & Wilson

O modelo inferencial de Grice (1975) é tomado como ponto de partida para a proposta explanatória de Sperber & Wilson (S&W) (1995/2012) que se denomina Teoria da Relevância (TR). A teoria busca estabelecer um princípio cognitivo para explicar o processamento inferencial da comunicação humana, afastando-se do modelo de Levinson. Partindo do modelo griceano, principalmente da noção da máxima de Relação, os autores buscam explicar quais informações são comunicadas e como se dá o processo de comunicação. Algumas das principais críticas feitas à teoria das implicaturas envolvem o fato de não haver garantias lógicas nem psicológicas para sustentar uma obediência ao Princípio de Cooperação e suas máximas; assim como não existirem explicações sobre como as informações são selecionadas para que se gerem inferências.

A TR fundamenta-se em dois princípios, o *Princípio Cognitivo da Relevância* (PCR) e o *Princípio Comunicativo da Relevância*, quais sejam:

- Princípio Cognitivo: “A comunicação humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância”⁶.
- Princípio Comunicativo: “Todo estímulo ostensivo comunica a presunção de sua própria relevância ótima”.

Em relação à noção de relevância ótima, os autores afirmam que um estímulo será otimamente relevante se, e somente se, ele for:

- a. relevante o suficiente para merecer esforço de processamento da audiência;
- b. o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador (WILSON & SPERBER, 2005⁷).

Nesse sentido, observe os exemplos abaixo, que são possíveis respostas de B para a seguinte pergunta de A: *Quanto tempo você vai demorar para fazer o exercício?*:

- (01) Quarenta e cinco minutos.
- (02) $\frac{3}{4}$ de hora.
- (03) O mesmo tempo que um bolo fica cozinhando no forno.

A resposta (01) parece ser a mais relevante, pois exige um menor esforço de processamento do que as outras. (03), no entanto, necessita de um esforço extra de acessibilidade de informações, pois é preciso que ambos tenham em suas memórias informações sobre tempo de cozimento de bolos. Nesse caso, as duas últimas respostas só seriam relevantes caso B soubesse das preferências e das habilidades de A.

A proposta da TR é desenvolvida através de noções de intenção informativa e comunicativa dirigidas pela noção de relevância, enquanto relação custo-benefício, demonstrada através dos seus dois princípios. Desse modo, a comunicação é *ostensiva*, por parte do comunicador e *inferencial*, por parte do ouvinte. Na TR, quanto mais efeitos contextuais e menos esforço de processamento, maior é a relevância e quanto menos efeitos contextuais e mais esforço de processamento, menor é a relevância. Entretanto, um maior esforço de processamento, compensado por mais efeitos contextuais, aumenta a relevância.

⁶ Isso não implica que os seres humanos sempre alcançam a relevância máxima, mas, ao contrário, significa que a mente humana possui uma tendência a escolher os estímulos e a ativar o conjunto de informações mais relevantes e a processá-los da maneira mais produtiva.

⁷ Referente ao artigo publicado na revista *Linguagem em (Dis)curso* (2005). O texto foi publicado originalmente em inglês em: HORN, L.; WARD, G. (Eds.). *The handbook of Pragmatics*. London: Blackwell, 2004, p. 607-632.

Quanto ao estímulo ostensivo, esse deve atrair a atenção da audiência e estar focalizado nas intenções do comunicador. O mesmo deve vir com a garantia de Relevância para que possa ser processado.

S&W concebem a TR como um Modelo Ostensivo Inferencial de Comunicação. Segundo Silveira (2002, p. 348), tal modelo baseia-se na cognição humana, constituindo uma nova alternativa para descrever e explicar a compreensão espontânea de enunciados, a partir do ponto de vista psicológico. O modelo traz consigo o princípio comunicativo da relevância, pois “todo o ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima” (SPERBER & WILSON, 1995, p. 158).

Como aponta Campos (2008, p. 11), no primeiro princípio, *o Cognitivo* – a comunicação humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância; e no segundo, *o Comunicativo* - o que está em jogo é a intenção informativa e comunicativa. S&W (1995), nesse sentido, apostam na existência de duas camadas de intenções: uma intenção informativa – que seria a mais básica, com o objetivo de tornar uma informação manifesta ou mais manifesta, e uma intenção comunicativa – que seria uma intenção superior, de tornar mutuamente manifesto para uma audiência a intenção informativa do falante. Dentro desse quadro, a TR tem o propósito de descrever e explicar as bases da racionalidade humana (CAMPOS e HAUEN, 2010).

Dentro do quadro da TR, há três níveis representacionais no processo interpretativo do enunciado:

- (i) o *nível da forma lógica*, dependente da decodificação linguística;
- (ii) o *nível da explicatura* (decodificação por meio de processos inferenciais de natureza pragmática);
- (iii) o *nível da implicatura* (conteúdo implícito, que parte da explicatura para a construção de inferências pragmáticas).

S&W apostam na existência de um nível intermediário entre o dito e o implícito: a explicatura, ou seja, a forma lógica desenvolvida da proposição. S&W (1995, p. 182) afirmam que explicatura é “uma combinação de traços linguisticamente codificados e propriedades conceituais inferidas contextualmente. Quanto menor a contribuição relativa das propriedades contextuais, mais explícita a explicatura, e vice-versa”. As *explicaturas*⁸ são, portanto,

⁸ A explicatura é processada por meio de uma inferência dedutiva.

analisadas como aspectos pragmaticamente determinados do conteúdo explícito. Como as explicaturas são obtidas pelo desenvolvimento de formas lógicas, os estímulos ostensivos que não codificam formas lógicas terão apenas implicaturas (S&W, 1995). Assim, as inferências pragmáticas agem no *output* da semântica linguística, enriquecendo formas lógicas incompletas em formas proposicionais completas, passíveis de serem verdadeiras ou falsas.

Dentro do processo inferencial, pode-se perceber que S&W entendem que as inferências semânticas podem ser inferências dedutivas informais, acarretamentos, isto é, são não canceláveis ou menos canceláveis, enquanto, em contrapartida, as inferências pragmáticas são canceláveis e carregam as propriedades já descritas por Grice. As inferências semânticas relacionam-se à complementação dos ditos, à carga significativa de diferentes *inputs*, livre de contexto. São propriedades das expressões, uma vez que são extraídas do valor convencional do que é dito. “Uma teoria semântica não consegue explicar como é possível que algo seja comunicado sem que tenha sido dito (ROSSA, 2002. p.323)”. Ao passo que as inferências pragmáticas relacionam-se ao contexto de informações disponíveis. A relação de ambos possibilita a compreensão global do que está sendo comunicado, uma vez que para chegarmos às inferências pragmáticas necessitamos das semânticas.

Considerando que temos a nossa disposição um contexto mínimo de informações e partindo do pressuposto de que esses *inputs* vêm carregados da presunção da própria relevância ótima, tal interpretação seria otimamente relevante, sobretudo pela acessibilidade das informações ativadas. Se o contexto fosse alterado, permitiria alteração de suposições e alterações de inferências possíveis. Segundo Wilson & Sperber (2005), uma proposição pode ser mais ou menos fortemente implicada, podendo ser caracterizadas por: (a) *suposições fortemente implicadas* – claramente pretendidas, (b) *suposições fracamente implicadas* – menos pretendidas - e (c) *suposições não comunicadas*, não manifestas.

Silveira (2002) pontua que, no processo de comunicação verbal, o enunciado trata-se de uma ostensão, em que a intenção informativa do falante é elevada, provocando, desse modo, expectativas definidas de Relevância no ouvinte.

Têm-se, assim, diferentes formas de comunicar através de contextos distintos. O que deve ser considerado, contudo, é a consistência do princípio da relevância em todos os processos inferenciais, sejam eles em forma de diálogo ou de outros tipos de comunicação.

3.3 Por um modelo de Inferências Dialógicas

As inferências estão presentes na comunicação e, portanto, no diálogo. Os processos inferenciais remontam à antiguidade clássica com os fundamentos da Lógica Silogística estabelecidos por Aristóteles, no *Organon* e com os trabalhos de Euclides no âmbito da Geometria (COSTA, 2004, 2010). Assumir que o lócus de ocorrência da comunicação é o diálogo é uma mudança que implica outro olhar sobre o objeto: o diálogo passa a ser um objeto complexo. Segundo Strey (2011, p.73),

a mudança de objeto traz consequências interessantes para a pragmática, visto que, até o momento, parece ter fugido às explicações das teorias de que a comunicação, de maneira geral, ocorre através de diálogos complexos, envolvendo intenções e inferências multiformes, que podem ser geradas por diversas fontes (lógicas, lexicais, semânticas, pragmáticas).

Segundo Costa (2004, 2010), as inferências dialógicas podem ser de caráter dedutivo, indutivo, abduutivo, prosódico, lexical, sintático, semântico, pragmático, entre outros. Os diálogos podem apresentar inferências de tipos diversos e são passíveis também de análises diversificadas. Dentre um diálogo, é possível encontrar implicaturas, quebras de máximas; processos inferenciais mais ou menos relevantes, de acordo com Sperber & Wilson; inferências válidas, corretas/adequadas e/ou relevantes, inferências onde a irrelevância é relevante, conforme apresenta Costa (2004, 2010).

Portanto, há diferentes formas para expressar os processos inferenciais na interface semântico-pragmática dentro de uma perspectiva dialógica. Dentro desse quadro complexo de teorias que se complementam, a próxima seção será dedicada à análise ilustrativa de um diálogo sobre *bullying*, em que se busca demonstrar que é possível um modelo pragmático que assuma que as inferências possam ser multiformes, derivados de diversos outros modelos, tais como implicaturas griceanas (GRICE, 1975) e inferências relevantes de Sperber & Wilson (1995).

4. Análise de um diálogo sobre *bullying* no ambiente escolar

O diálogo como uma forma de comunicação complexa é um instrumento rico para o estudo de inferências linguísticas semântico-pragmáticas. Segundo Costa (2004, 2010), uma inferência dialógica pode ser avaliada quanto a sua validade, adequação e relevância. Nesse

sentido, parte-se do discurso do *Bullying*⁹ Escolar, uma prática que, infelizmente, permeia a realidade de inúmeras escolas nos mais diferentes contextos, para mostrar como se evidencia o processo linguístico-inferencial¹⁰, por meio da Teoria das Implicaturas de Grice (1975) e do Modelo de Comunicação Ostensivo-Inferencial de Sperber & Wilson (1995/2012). Cabe ressaltar que o diálogo não se reduz às teorias apresentadas, devendo ser analisado em sua complexidade. Considerando essa característica do diálogo, não serão feitas análises estanques, mas sim uma análise onde ambas as teorias se complementem, a fim de dar conta da complexidade do diálogo, o objeto de estudo desse artigo.

Ao evidenciar a presença do *bullying* no ambiente escolar, alguns questionamentos podem ser feitos: Quais atitudes a escola deve tomar? Qual o papel da família? E, quais são as causas mais frequentes para o *bullying*? Esses são questionamentos comuns que não podem ser ignorados por pais e educadores (FERREIRA e TAVARES, 2009). Dentro desse quadro, os diálogos¹¹ que seguem ilustram duas situações. A primeira mostra a conversa entre a menina que sofreu, a que praticou o *bullying* e a professora; enquanto a segunda traz o diálogo dos responsáveis pelas meninas com a professora. Ambas as situações mostram a conversa após um ato de *bullying*, que não será descrito.

4.1 Diálogo (A)

O diálogo (A) retrata a seguinte situação: diálogo entre duas meninas de 14 anos, uma que sofreu e outra que praticou *bullying* e a professora que presenciou e questionou o ocorrido.

(1) Professora: Meninas, agora, entrem na sala da diretora e batam a porta. Isso que ocorreu se chama *Bullying*. Sabem o que isso quer dizer? Puxa! Parece que não. Vamos ver, deve ser uma postura pacífica ou amorosa?! Claro que NÃO! Meninas, realizem! O termo *BULLYING* compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia. Num português bem básico, o *bullying* é, tipo assim, quando você humilha, debocha ou maltrata uma pessoa, independente de motivos. Qual foi o motivo?

⁹ *Bullying*, palavra de origem inglesa que tem como raiz o termo *bull*, “é um termo utilizado para designar pessoa cruel, intimidadora e/ou agressiva” (GUIMARÃES, 2009).

¹⁰ Evidentemente, não será possível tratar de todos os fenômenos ocorridos nos diálogos, pois são diversos. Serão tratados apenas os mais significativos, conforme as teorias apresentadas.

¹¹ Por razões metodológicas, os diálogos que seguem são ilustrações sobre possíveis situações de *bullying*, pois o objetivo é mostrar como se dá a complexidade dos processos inferenciais em diálogo, e não analisar casos reais. Trata-se, portanto, de exemplos significativos cujo objetivo é ilustrar os processos inferenciais complexos.

(2) **Camila:** professora, já tinha lido sobre o *bullying*; a Mariana debocha de mim todos os dias por eu ser gordinha.

(3) **Mariana:** Gordinha (risos). Debocho e não me arrependo, não vou pedir desculpar. E sobre esse tal de *bullying* nunca tinha ouvido falar. Sabe que ela tem uma péssima mania de “ficar a fim” dos mesmos meninos que eu e minhas amigas?

(4) **Professora:** mas isso é motivo para... e, além do mais, não há como proibir alguém de “ficar a fim” de outra pessoa.

(5) **Camila:** professora, já mudei da outra escola por causa disso.

(6) **Mariana:** Tá vendo sora, ela já vem com essa mania de “ficar a fim” dos meninos da outra escola.

(7) **Camila:** não sua esperta, lá também debochavam de mim. Tentei conversar com as meninas, só que nunca adiantou. Aqui a Mariana era a minha melhor amiga, mas tem inveja e inventa coisas ridículas de mim. Depois fica fingindo que nada aconteceu. Aguentei uma, duas vezes. No máximo três, mas foram onze vezes. Aí, não dava mais, a sala toda se revoltou contra mim.

(8) **Mariana:** é gordinha, fofoqueira e mentirosa. Inveja, eu, bem capaz!

(9) **Professora:** então, você admite que, além de debochar, inventou tais coisas? Responda Mariana, já!

(10) **Mariana:** responda o que?

(11) **Professora:** vou chamar os responsáveis aqui na escola.

(12) **Mariana:** *bem próxima de Camila, em voz baixa, diz:* vou te pegar na saída, sua bola fofoqueira.

Camila: (sem dizer nada, sai correndo da sala)

Na primeira fala da professora, quando ela diz para as alunas entrarem na sala da diretora (o fato de a conversa não acontecer na própria sala de aula já impõe certa seriedade ao assunto) e diz para que *batam a porta* ao invés de fechem – a professora, num ato ostensivo, leva a inferir que esse assunto não deve ser ouvido pelos demais e precisa ser tratado naquele determinado momento; através do adjunto adverbial de tempo: *agora*. Segundo S&W (1995), o falante fornece pistas que acionam aquilo que foi dito, ou seja, a sua intenção. O ouvinte chega ao propósito do enunciado devido ao estímulo ostensivo – por parte do falante – que é consistente com o princípio comunicativo da relevância: cada estímulo ostensivo transmite uma presunção

de sua própria relevância ótima. Ao expectador, é dado o direito de esperar que o estímulo ostensivo seja pelo menos relevante para ser processado e de ter maiores expectativas a respeito dessa ostensão.

Ainda na fala (1), quando a professora questiona o conhecimento do termo *bullying*, ela acessa a informação por meio da sua memória enciclopédica, assim como Camila (2), uma vez que ela também possuía esse conhecimento, como pode ser observado através do seu enunciado (2). Já, Mariana (3) não pode fazer esse acesso, pois, no caso, ela não possuía essa informação. Nesse caso, a professora demonstra uma intenção informativa, de informar e situar as meninas com relação ao termo utilizado para descrever a situação ocorrida. Para S&W (1995), o fato a professora ter deixado claro o conceito e *bullying* permite que, como ela não sabia se tal informação era mutuamente manifesta, seu enunciado alcançasse maiores efeitos contextuais e menor esforço comunicacional, isto é, menor custo e maior benefício.

As expressões “realizem” e “tipo assim” na fala (1) da professora são trazidas em uma linguagem popular – comum entre os adolescentes. Fica clara a intenção da professora de chamar a atenção das meninas para o termo *bullying*, por meio de uma linguagem comum a elas. Essa forma de utilizar a linguagem é uma forma de atrair a atenção ao que está sendo dito, a fim de que as alunas entendem que aquele enunciado é relevante. Segundo Silveira (2002, p.116),

O comportamento que torna manifesta a intenção de tornar algo manifesto, o estímulo ostensivo, além de atrair a atenção da audiência e de estar focalizando na intenção do comunicador, deve também revelar essa intenção – deve vir com garantia de relevância.

Mariana (3) ao dizer “*gordinha*” ri, em resposta ao comentário de Camila (2) “*ela debocha de mim por eu ser gordinha*”. Esse riso pode nos trazer pistas do que ela tinha a intenção de dizer: *gordinha nada, mais do que isso, gorda*. Para não ser direta, ela ri e responde *gordinha?! Há aqui uma inferência relacionada à forma, em que os gestos e as expressões permitem que inferências sejam feitas sobre o conteúdo da conversa.*

Para S&W (1995), a escolha da forma como se diz um enunciado – ou o *estilo*, como os autores chamam – é algo que a nenhum falante poderá escapar, pois

ao buscar a relevância, o falante deve fazer algumas suposições sobre as habilidades cognitivas do falante e os recursos contextuais, o que irá necessariamente ser refletido na forma como ele se comunica, e, em particular,

no que ele escolhe fazer explícito e no que ele escolhe deixar implícito. (SPERBER & WILSON, 1995, p. 218)¹²

Mais adiante, Mariana (3) diz: “*debocho e não me arrependo, não vou pedir desculpas*”. Aqui se evidencia o que Grice (1975) denomina de *dito*, pois é uma fala clara que não permite outro sentido, a não ser o do próprio conteúdo enunciado. Logo em seguida, a menina tenta justificar seus atos em (3), quando diz que a colega tem a mania de “ficar afim” dos mesmos meninos que ela. Seria essa uma justificativa para o *bullying*? É esse questionamento que a professora faz em (4).

Camila, em (5), diz que já havia mudado de escola por causa *disso*. O vocábulo *disso* permite uma ambiguidade de sentido, pois a que ele se refere? Há a violação da máxima griceana de modo (não seja ambíguo). Mariana em (6) aproveita e infere o que *disso* quer dizer: já saiu da outra escola porque “fica a fim” dos mesmos meninos que as outras meninas. Ela se utiliza de uma inferência a seu favor: nessa escola, ela “fica a fim” dos mesmos meninos que as colegas, ela saiu da outra escola por causa *disso*, logo, o vocábulo “disso” refere-se ao ficar a fim dos meninos. Camila, por sua vez, cancela essa suposição em (7) quando diz “*não sua esperta, lá também debochavam de mim*.” A intenção de Camila ao proferir o vocábulo “disso” era de falar do deboche, no caso, do *bullying*. “Disso” poderia se referir a duas situações: “ficar a fim” dos meninos ou tratar do deboche, dependendo do contexto mais rápido de ser acessado pelo falante. De acordo com a Grice (1957), a ambiguidade representa uma quebra da máxima de modo, pois o enunciado não fica claro, ou seja, pode ser compreendido de maneiras diferentes. Isso fica evidente no contexto do diálogo, visto que Camila estava se defendendo e não criando motivos para justificar as agressões da colega.

Na fala (7) Camila diz: “*A sala toda se revoltou contra mim*”. Para que a fala de Camila seja compreendida, é preciso que se faça uma inferência pragmática (S&W, 1995), pois o substantivo *sala* é inanimado e não se trata de um verbo, portanto, incapaz de gerar uma ação. Sabendo que se trata de uma escola e que há alunos nas salas, a melhor significação para sala é *alunos* e não lugar, como primeiramente parece. Nesse caso podemos implicar: *todos os alunos se voltaram contra mim*. Mas por qual motivo? Afinal, Camila não era a vítima e o motivo só

¹² Tradução aproximada de: “In aiming at relevance, the speaker must make some assumptions about the hearer’s cognitive abilities and contextual resources, which will necessarily be reflected in the way she communicates, and in particular in what she chooses to make explicit and what she chooses to leave implicit.”

se torna claro no contexto. Os alunos se revoltaram porque ela aguentava as implicações e nada fazia, visto que ela deixou que acontecesse por onze vezes.

A professora, em (9), intervém e questiona se, além dos deboches, há outros tipos de ocorrências, algo que é feito através de numa atitude ostensiva, pois era ela a figura que detinha a autoridade no momento e ordena que a pergunta seja logo respondida. Mariana, em (10), rompe a máxima griceana de relação, rebatendo a pergunta e não a respondendo. A atitude da professora é de chamar os responsáveis, visto que, somente através da conversa com as alunas, o caso não foi resolvido. Considerando a possível intenção da professora, infere-se que ela julgou ser um caso sério em que a família deveria participar. Dentro desse quadro, o dito parece ser essencial para perceber a intenção do falante, conforme Grice (1975) demonstra ao dizer que há uma intenção do falante que pode ser percebida por meio do contexto.

Em (12) Mariana ameaça Camila dizendo: “vou te pegar na saída”. Implica-se: vou te bater. Mariana, com medo, sai correndo da sala e quebra a máxima de cooperação, finalizando, desse modo, o diálogo.

Terminado o diálogo (A), segue-se ao diálogo (B), o qual funciona como uma continuação do primeiro e situa-se no discurso da escola com a família, sobre o caso já citado anteriormente, *bullying* no ambiente escolar.

4.2 Diálogo (B)

O diálogo (B) retrata a segunda situação: diálogo entre as mães das duas meninas, uma que sofreu e outra que praticou *bullying* e a professora que chamou os responsáveis para conversar.

(14) Mãe da Camila: Sua filha é uma pessoa má.

(15) Mãe da Mariana: A Camila deve ter feito algo pra ela.

(16) Mãe da Camila: Discordo. Nem se houvesse motivo, a Mariana teria o direito de maltratar uma colega. Pelo visto, vocês duas são muito parecidas.

(17) Mãe da Mariana: Nós duas somos loiras, lindas e altas. A Mariana, além disso, é uma aluna estudiosa e uma ótima filha, a sua filha já não sei! Ontem mesmo, a Mari tirou dez na prova de matemática. E do jeito que você fala até parece que essa escola é o paraíso dos bons alunos, dos santinhos. Quero só ver o que essa professorinha tem a dizer. Que horas são?

(18) Professora: *a professora ouviu a fala das mães e disse:* Vamos parar com

esse diálogo inútil e falar do que realmente importa. Chamei os responsáveis aqui, pena que vieram só as mães, para dizer a vocês que está acontecendo algo muito ruim entre a Mariana e a Camila. Elas, que já foram tão amigas, não se suportam mais.

(19) Mãe da Camila: A Camila não quer mais vir à escola por causa das ameaças da Mariana. Ela está muito triste e, ainda, tem se sentido inferior às outras meninas, se achando gorda e desajeitada.

(20) Mãe da Mariana: A Mariana é uma ótima filha, professora. Ela não faz essas coisas.

(21) Professora: Está ocorrendo *bullying* na escola.

(22) Mãe da Mariana: Viemos aqui para falar das alunas ou dos projetos da escola?

(23) Mãe da Camila: Professora explique melhor o que é *bullying*.

(24) Professora: Pelo visto a conversa vai ser longa...

A conversa inicia com a fala das mães, uma contra a outra. A mãe da Camila (14) diz que a Mariana é má. Essa fala representa a conclusão de um processo inferencial, logicamente válido. Para a mãe de Camila inferir que Mariana é má, ela precisava de evidências e de um cálculo do tipo: todo M é P , S é M , então S é P . Se todas as pessoas que debocham, inventam coisas são consideradas pessoas más, Mariana debocha e inventa coisas a respeito da Camila, logo, conclui-se que a Mariana é uma pessoa má. A mãe da Camila fez uma inferência dedutiva, partindo de uma crença universal para uma conclusão particular. Consideramos que esse processo inferencial dedutivo realizado pela mãe da Camila pode ser considerado logicamente correto “válido”, pois uma vez feita uma análise crítica do processo inferencial e submetendo-o às regras da lógica, podemos ver que ela utilizou-se de um processo dedutivo que pode ser comparado ao argumentativo.

Grice coloca que, na linguagem natural, muitas inferências e argumentos não seguem a lógica tradicional, o que faz com que a análise seja feita a partir de uma lógica não-simplificada e assistemática, que é somente guiada pela lógica formal, e não submissa a ela. (GRICE, 1975, p. 23-24). Ao fazer essa afirmação, Grice coloca que a linguagem natural está ligada a uma lógica informal, que, segundo Groarke (2011):

Permite que premissas e conclusões sejam quaisquer atos de fala que afirmam a verdade de uma proposição (incluindo atos como sugestão, hipótese,

vanglória e dedução) e reconhece que argumentos em linguagem natural frequentemente ocorrem sem um indicador de inferência explícito como "desde que" ou "portanto". Além disso, sua explanação reconhece que os argumentos podem incorporar desenhos em uma prova geométrica, diagramas ou imagens.

Em (15) a mãe da Mariana rebate a afirmação feita na fala (14). No caso ela diz: “*a Camila deve ter feito algo pra ela.*” Ao afirmar isso, podemos inferir a sua intenção, que seria dizer: tudo bem, se ela é má como você está dizendo e debocha da sua filha, deve ser porque a sua filha dá motivos. Assim, ela justifica os atos da filha, jogando a culpa para a Camila. A mãe da Camila (16) responde: “discordo” e segue dizendo que mesmo se houvesse motivo, nada justifica os maus tratos. Através dessa resposta, pode-se perceber que ela captou a fala implícita em (15), pois se tratava de uma suposição fortemente implicada (S&W, 1995).

Ainda em (16), a mãe da Camila diz que Mariana e sua mãe se parecem muito. E em (17), a mãe da Mariana responde: “nós duas somos loiras, lindas e altas.” Nessas falas, há uma riqueza de inferências. Primeiramente, o assunto do qual vinham tratando não se referia à aparência e sim a atitudes. Desse modo, dizer que mãe e filha são parecidas deve supor (suposição fortemente implicada) o tratamento de atitudes como intenção da mãe da Camila. Entretanto, a resposta surpreende, ao tratar de atributos físicos. Sabemos que o perfil “loira, linda e alta” se enquadra em um estereótipo de beleza feminina. Nesse caso, parece que a mãe da Mariana faz uma ironia, um tipo de provocação para a mãe da Camila ao fazer uma suposição que, segundo S&W (1995) é, nesse caso, considerada como fracamente implicada, ou seja, menos provável.

Ao proferir (17): “até parece que a escola é o paraíso dos bons alunos, dos santinhos”, a mãe da Mariana faz uma inferência lexical. Estabelece uma comparação entre *escola* e *paraíso* através de uma metáfora. Ao mesmo tempo, usa o termo *paraíso* e *santinhos* de uma forma irônica. Segundo S&W (1992), a ironia se refere ao oposto do que se quer dizer, fazendo com que o interlocutor assumira a verdadeira intenção do falante: a escola tem alunos de todos os tipos de alunos e nem todos têm as predicções de um santo (pessoa que preza pelo bem comum). Já Grice (1975) caracteriza as ironias como ICP.

Em (17), a mãe da Mariana diz que sua filha tirou dez na prova de matemática. Há aqui uma inferência em que não há necessidade do contexto específico para a compreensão. A questão é que ela infere que os alunos que tiram boas notas têm boas atitudes. Sabemos que essa relação nem sempre é verdadeira, pois há alunos que tiram boas notas e têm atitudes

negativas e o contrário também existe. Esse caso seria de uma implicatura convencional, tipicamente griceana, que se apoia no significado geral das palavras. Porém, é preciso observar que “não é somente a conjunção que irá dar origem à implicatura, mas a sua ocorrência dentro de um contexto. Em *ela é desconfiada, mas não é ciumenta*, implica-se que ser desconfiada não pressupõe ser ciumenta.” (STREY, 2012, p.26).

Ainda na fala (17), a expressão *professorinha* possui um uso pejorativo, de desmerecimento, que só pode ser entendido dentro do contexto, no qual a partícula *-inho* atribui valor de menor. O processo inferencial é compreendido como um mecanismo cognitivo no qual o ouvinte, ao receber a mensagem do falante, estabelece relações acerca do que foi dito. De acordo com S&W (1995), as inferências são dedutivas, espontâneas e inconscientes. Esse processo segue um cálculo não-demonstrativo, com base nas regras de comunicação que se desenvolve.

Na fala (18) a professora não responde de forma adequada a pergunta feita em (17). Ela diz para parar com o assunto, provavelmente em protesto ao conteúdo do que estava sendo tratado. Há aqui, de acordo com Grice (1975), um caso de rompimento da máxima de relação, porque houve uma quebra do princípio de cooperação.

Em (18) a professora diz: “pena que vieram só as mães”, pois por responsáveis podemos entender: família. Sabe-se que família de acordo com a composição tradicional implica (implicatura calculável e dedutível) mãe e pai. Só que normalmente o pai não faz parte da realidade escolar, não é ele quem comparece aos chamados da escola. Aqui, ela obedece a supermáxima de Grice (1975): seja relevante, procure afirmar coisas verdadeiras.

A mãe da Mariana (23), ao não compreender e distorcer o significado do termo *bullying*, demonstra que, algumas vezes, a comunicação não é bem sucedida, pois as pessoas não compartilham do mesmo ambiente cognitivo, como bem coloca SW (1995). Mantendo a máxima de cooperação, (23) a mãe da Camila pede que a professora explique o termo. Tendo em vista a dificuldade de estabelecer um diálogo que assuma uma relevância, no sentido de conseguir resolver o problema, a professora finaliza-o dizendo: “Pelo visto a conversa vai ser longa.”.

O diálogo (B), como um todo, demonstra que os diálogos podem ter problemas com o Princípio Cognitivo de Relevância de S&W (1995), uma vez que há um custo muito grande para se resolver algumas questões e poucos benefícios em termos de conclusão. No caso do diálogo elucidado, são necessárias muitas explicações para tratar da significação do termo

bullying e o diálogo parece não ter solução. Ao mesmo tempo, ele é muito rico linguisticamente, cheio de inferências, demandando uma solução para um assunto atual e de grande importância social. Esse problema está ligado ao fato de a noção de custo e de benefício ainda ser algo problemático para a TR, pois não fica explícita, em nenhum momento ao longo de suas obras, qual a natureza de tais aspectos. Caso ele seja aplicado de maneira mais ampla, como no caso das inferências dialógicas (considerando intenções dos falantes, questões emocionais, etc), parece ser ainda maior o rol de elementos a terem que ser considerados no cálculo da relação custo e benefício, fazendo a TR perder um pouco da sua capacidade explicativa.

5. Considerações finais

No presente estudo, buscou-se analisar a complexidade inferencial que aparece no diálogo, demonstrando que vários processos podem ocorrer ao mesmo tempo, sejam eles implicaturas, acarretamentos, inferências dos mais variados tipos, entre outros. Além disso, fez-se uma tentativa de demonstrar como a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), ao diferenciar o *dito* e o *implicado*, bem como a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1995/2012), como um modelo de comunicação ostensiva, podem apresentar possíveis aplicações à descrição e análise dos mecanismos inferenciais presentes na linguagem natural. Mostrou-se igualmente algumas limitações que tais teorias podem apresentar quando o objeto de estudo for o diálogo.

O diálogo é em si um excelente gênero para ilustrar o complexo processo de comunicação humana. Tentou-se, por meio desse artigo, através da análise de dois diálogos sobre o *bullying* no ambiente escolar, elucidar como é necessária, para uma análise inferencial, a contribuição tanto da Semântica, que compreende a significação como um desenho que se estabelece fora do contexto, como da Pragmática, em que todo o significado se estabelece em um contexto específico de uso. A partir da interface entre as áreas, pôde-se propor uma análise mais fiel sobre o que ocorre na comunicação humana, a qual é baseada em diálogos e não em enunciados estanques.

Dessa forma, é possível dizer que, para uma compreensão mais aprofundada do processo inferencial intrínseco ao diálogo, há a necessidade de subsídio da Semântica e Pragmática, por serem áreas complementares à significação linguística. Assim, partindo de uma análise inferencial de natureza dialógica, torna-se possível estabelecer relações entre o que é dito e o que é implicado e, desse modo, traçar um desenho mais fiel da significação de um determinado contexto.

Referências

CAMPOS, J.; HAUEN, F. (Orgs). **Topics on Relevance Theory**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

COSTA, J. C. da. **Comunicação e Inferência em Linguagem Natural**. Disponível em: <http://www.jcamposc.com.br/Inferenciaecomunicacao.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2012.

_____. **Relevância, Cognição, Relevância e Interface Semântica/ Pragmática: Metateoria das Interfaces Externas e Internas**, 2007. Disponível em: <http://www.jcamposc.com.br/isapl.ppt>. Acesso em: 30 maio. 2012.

_____. **A estrutura inferencial da comunicação dialógica**. Projeto de pesquisa, 2004. Disponível em: http://www.jcamposc.com.br/projetosepesquisas/a_estrutura_inferencial_da_comunicacao_dialologica.pdf. Acesso: ago. 2013.

_____. **Projeto de Pesquisa Platão 2.0 - Diálogos: da Cultura Clássica à Cultura Digital**. Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, J. C. da; FELTES, H. P. M. Filosofia da Linguística, filosofia da ciência e os pressupostos para a construção de uma Metateoria das Interfaces. In: ARAÚJO, J. C.; BIASI-RODRIGUES, B.; DIEB, M. **Seminários linguísticos: discurso, análise linguística, ensino e pesquisa**. Mossoró: Edições UERN, 2010. p. 341-355.

FERREIRA, J.; TAVARES, H. *Bullying* no ambiente escolar. In: **Revista da Católica**. Uberlândia, v. 1, n. 2, 2009. p. 187-197.

GRICE, P. **Studies in the way of words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989 [1957].

GROARKE, L. Informal Logic. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2011 Edition)**, 2011. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/logic-informal/>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

LEVINSON, S. **Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature**. MIT Press, 2000.

_____. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LYONS, J. **Linguagem e Linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MEDINA, J. **Linguagem: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

ROSSA, C. R. Implicaturas escalares: a pragmática complementando a semântica. In: IBANOS, A. M. T.; SILVEIRA, J.R.C. (org.). **Na interface semântica/pragmática – programa de pesquisa em lógica e linguagem natural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 319-346.

SILVEIRA, J. R. C. da. Teoria da Relevância: uma resposta à comunicação inferencial humana. In: IBAÑOS, A. M. T.; SILVEIRA, J.R.C. (Orgs.). **Na interface semântica/Pragmática: programa de pesquisa em lógica e Linguagem Natural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 347-426.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: Communication & Cognition**. 2nd ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Illinois: Illini Books, 1949.

STREY, C. **Linguagem e emoções: um estudo em interfaces**. Diss. (Mestrado em Letras). 94 p. PUCRS, Fac. de Letras, 2011.

WILSON, D.; SPERBER, D. Teoria da Relevância. **Linguagem em (Dis)curso**, 2005.

_____. **Meaning and Relevance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2a ed. Tradução (alemão) de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (1945).

Artigo recebido em: 31.08.2013

Artigo aprovado em: 26.11.2013